

Prefeitura do Rio e Governo Federal apresentam o PAC Encostas

Investimentos na ordem de R\$ 688 milhões serão para prevenção de deslizamentos

Iago Campos/ Prefeitura do Rio

Por Redação

A Prefeitura do Rio apresentou um novo pacote de obras de contenção de encostas, que soma R\$ 688 milhões em investimentos dos governos municipal e federal. Ao todo, serão cerca de 330 intervenções espalhadas por todas as regiões da cidade, beneficiando mais de 500 mil pessoas.

Dentro desse conjunto de ações, o PAC das Encostas reúne R\$ 258 milhões em investimentos destinados a ampliar a segurança de aproximadamente 60 mil moradores. Coordenadas pela Fundação Geo-Rio e financiadas com recursos do Ministério das Cidades, as obras têm como objetivo reforçar a prevenção de desastres naturais e reduzir riscos geológico-geotécnicos em áreas vulneráveis.

“Esse é um tema muito sensível para o Rio de Janeiro e que recebe investimentos contínuos desde 2009. É um trabalho realizado em parceria com lideranças comunitárias, priorizando áreas mais vulneráveis e sujeitas a deslizamentos”, afirmou o prefeito Eduardo Cavaliere.

Ele também ressaltou que as ações desenvolvidas desde a gestão de Eduardo Paes contribuíram para reduzir drasticamente o número de vítimas provocadas por deslizamentos nos últimos anos: “Com o trabalho integrado do COR, focado em resiliência e



Mais de meio milhão de pessoas são beneficiadas por toda a cidade

prevenção, e com o apoio das lideranças comunitárias, conseguimos uma queda significativa no número de vítimas no Rio de Janeiro. E seguimos avançando com esse olhar preventivo e com novos investimentos”, completou.

Atualmente, o PAC das Encostas conta com oito frentes de obras em andamento, totalizando R\$ 26 milhões em investimentos. As intervenções aten-

dem moradores dos complexos do Lins, da Penha e do Alemão, além dos morros Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Seis dessas obras devem ser concluídas até o fim deste ano, enquanto as outras duas têm previsão de entrega para o primeiro semestre de 2027.

Outras quatro obras já foram licitadas e devem começar em breve, com aporte de R\$ 19 milhões. As próximas interven-

ções contemplarão áreas em Vila Valqueire, Rio das Pedras e Jacarepaguá, além de comunidades na Tijuca, como Chacrinha e Salgueiro.

“O principal objetivo do programa é proteger vidas e moradias, reduzindo os impactos das chuvas intensas sobre a cidade”, destacou o secretário municipal de Infraestrutura, Wanderson Santos.

O programa também avança

em novas etapas técnicas. Cinco obras seguem em fase de licitação, com previsão de R\$ 51 milhões em investimentos, destinadas ao Complexo do Lins e à Vila Pequeri, em Brás de Pina. Paralelamente, outros 11 projetos estão em análise técnica na Caixa Econômica Federal, somando R\$ 62 milhões em recursos previstos para áreas das zonas Central, Norte e Sudoeste, além dos complexos do Alemão e da Penha.

Representando o Ministério das Cidades, Daniel Mouço destacou a importância da cooperação entre os diferentes níveis de governo e as comunidades locais.

“O trabalho conjunto com a Prefeitura faz com que os projetos saiam do papel. O Governo Federal não consegue atuar sozinho, assim como a Prefeitura também depende do apoio das lideranças comunitárias para garantir mais segurança e tranquilidade aos moradores”, afirmou.

As obras incluem soluções de engenharia voltadas à estabilização de encostas e redução de riscos, como cortinas atirantadas, solo grampeado, muros de contenção, sistemas de drenagem, recuperação de taludes, proteção vegetal e melhorias urbanas complementares. Além de preservar vidas e proteger moradias, as intervenções ajudam a minimizar os impactos de eventos climáticos extremos e fortalecem a resiliência das comunidades.

Palácio Tiradentes vira patrimônio do Estado

Divulgação/ Alerj

Por Redação

O centenário Palácio Tiradentes poderá ser reconhecido como Patrimônio Histórico e Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. É o que propõe o Projeto de Lei 3.523/24, da deputada Verônica Lima (PT), aprovado, em segunda discussão, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), nesta quarta-feira (20). O texto seguirá para análise do governador, que terá até 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta.

Localizado na Praça XV, no Centro do Rio, o edifício é um dos principais marcos da história política brasileira e atual sede histórica do Parlamento fluminense. Antes de ter o palácio, inaugurado em 6 de maio de 1926, o local tinha a antiga cadeia em que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, permaneceu preso antes de ser executado.

“Esse espaço tem uma importância histórica, cultural e simbólica para a democracia brasileira e para a memória política do Estado”, justificou a deputada Verônica Lima.

O edifício possui cerca de três mil metros quadrados e 45 metros de altura, destacando-se entre construções históricas do Rio Antigo, como o Paço Imperial, erguido na primeira metade do século XVIII. O Palácio Tiradentes foi projetado pelos arquitetos Archimedes Memória, cearense, e Francisco Couchet, franco-suíço, sendo considerado por historiadores como o primeiro parlamento formal da República. O prédio ainda possui grandes cúpulas, vitrais, mármore e inovações para a época, como o concreto armado. Até 2021, abrigou a sede oficial da Alerj.

“Até então, o Legislativo funcionava em prédios improvisados

e inadequados. Nunca havia tido uma sede própria pensada especificamente para essa função”, explicou o historiador e servidor da Alerj Douglas Liborio.

A proposta também autoriza o poder público a promover atividades de preservação histórica e incentivo cultural no espaço, inclusive em parceria com entidades da sociedade civil.

Atualmente, o Palácio Tiradentes conta com uma exposição permanente e recebe visitas guiadas gratuitas, de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h. Os agendamentos podem ser feitos no site: <https://palaciotiradentes.rj.gov.br/visitaguia>.

Durante a visita, o público pode acompanhar os principais acontecimentos que marcaram a história do edifício e conhecer um dos mais importantes símbolos da democracia brasileira e da arquitetura da Belle Époque carioca.



Palácio Tiradentes abrigou por muitos anos a Alerj